

União Europeia

Revisão geral da PAC

A PREOCUPAÇÃO com a estabilidade nos preços dos alimentos e a cronologia nas reformas das políticas agrícolas da União Europeia (nova PAC – Política Agrícola Comum – pós-2013) e dos Estados Unidos (Farm Bill em 2012) são dois pontos comuns nas agendas dos europeus e dos norte-americanos.

As negociações não ficarão somente no aspecto quantitativo dos alimentos, mas também no qualitativo. As fronteiras estarão abertas para produtos importados, mas estes terão de cumprir as exigências e das garantias similares àqueles produzidos internamente.

Na reforma da PAC, vários países liberais, como Grã-Bretanha e os nórdicos, insistem na redução do pacote de subvenções. Trata-se de uma posição contrária e de luta com países como a França, um dos maiores beneficiários do sistema de ajuda a agricultores.

Em termos financeiros, o orçamento da PAC ficará próximo do montante atual, de € 56 bilhões, que vem desde 1996. Este valor corresponde a 40% do orçamento do bloco. Em 1980, esse a quantia era de € 33 bilhões, correspondente a 32% do orçamento.

A defesa pela manutenção dos subsídios ainda é forte. Existe a alegação de uma queda de 40% na renda do agricultor por unidade trabalhada quando comparada ao resto da economia, enquanto a sua renda corresponde à metade da zona urbana na Europa.

O novo comissário de Agricultura da UE, o romeno Dacian Cioloș, de 40 anos, está engajado no compromisso de

União Europeia: Orçamento da PAC (bilhões de euros)

Ano	Orçamento UE	Orçamento PAC (A+B)	Ajudas diretas (A)	Desenvolvimento rural (B)
2007	120	52	42	10
2008	126	54	41	13
2009	139	56	43	13

Observação: Orçamento da PAC envolve as ajudas diretas e o desenvolvimento rural



manter o orçamento inalterado, porém, com benefícios equitativos para os agricultores do Leste Europeu.

Na verdade, a UE pretende mudar o modelo de distribuição dos subsídios agrícolas, com a imposição de limites para os grandes produtores e a introdução de um nível mínimo para os pequenos. Esta transformação já foi tentada, mas a proposta acabou derrotada pelos Estados membros.

Como beneficiários dos programas subsidiados devem fazer parte “exclusivamente os agricultores ativos”. Hoje, existem grandes proprietários de terras não ativos, como a rainha da Inglaterra e o príncipe de Mônaco. Isso significa o término das distribuições calculadas em

cima das estatísticas históricas de produção, que beneficiam países como a França, mas são desvantajosas para os mais recentes membros do Leste Europeu, como Polónia, Bulgária e Romênia.

Então, tendo em vista as diferentes realidades entre os seus 27 países membros, a UE não deve estabelecer um valor igual para todos. Fala-se de uma ajuda média de € 250 euros por hectare para tornar a distribuição mais equitativa entre antigos e novos membros do bloco. Atualmente, um agricultor da Grécia recebe subvenção de € 550 por hectare, enquanto o produtor da Letónia embolsa apenas € 80.

A futura PAC contará com forte expressão “ecológica”. As emissões de gases emitidos pelas atividades da agricultura reduziram em um quinto desde 1990. Mas a UE pretende condicionar mais a medidas de proteção ambiental na sua região.

A Grã-Bretanha insiste em cortes drásticos na agricultura para priorizar os recursos em projetos de inovação e criação de empregos, para enfrentar o novo contexto econômico mundial. Os franceses, espanhóis, italianos e portugueses são menos radicais.

Reformas em andamento

A PAC europeia teve diversas revisões importantes desde 1990. Na sua última reforma, em 2003, foram extintas as ajudas agrícolas ligadas à produção. Esse mecanismo estimulava os agricultores a produzirem acima da capacidade de absorção dos mercados.

Pelo novo regime, os produtores continuavam a receber apoios em seus rendimentos, mas gozavam de maior liberdade de produzir aquilo que o mercado desejava. Em contrapartida, os agricultores passaram a cumprir exigências relacionadas às normas ambientais, ao bem-estar dos animais e à qualidade dos alimentos.

A Comissão prioriza agora incentivar o desenvolvimento rural, com o objetivo de beneficiar os doze novos países membros, que tiveram de modernizar de forma rápida os seus sistemas produtivos com a adesão à UE.

A PAC surgiu para assegurar um nível de vida razoável aos agricultores, fornecer alimentos suficientes a preços justos e preservar o património rural da Europa. A PAC representa 40% do orçamento anual da UE, embora o setor agrícola da UE empregue 5% da população ativa.

A reunião informal de ministros da Agricultura da União Europeia sobre a PAC após 2013, em fim de setembro, deixou claro que a sua grande maioria apoia uma política forte com dois pilares:

- 1º De ser orientada pelos mercados;
- 2º No desenvolvimento rural.

Na realidade, o primeiro pilar está com os anos contados e deverá ser progressivamente abolido. Como tende a se concentrar nas políticas promotoras dos bens públicos genuinamente europeus, assim chamados os temas ligados a meio ambiente, a mudanças climáticas, a fundo, à qualidade e à demografia, o segundo pilar será dirigido a objetivos de:

- Valorizar a ocupação do território;
- Assegurar elevado nível de autoabastecimento, com menor dependência externa;
- Manter a estrutura diversificada das explorações agrícolas.

Algumas novidades podem ser consideradas no cenário da PAC, como a criação do 3º pilar orientado para o combate às mudanças climáticas, diante da crescente pressão internacional. Neste caso, pode-se dizer que seria muito mais uma segregação do 2º pilar para mostrar prioridade e reforçar teses ambientalistas no âmbito das negociações externas.

O ponto maior da discordância entre os ministros está voltado para a repartição das ajudas. Apesar do consenso de que deve ser equitativa, nem todos os países membros possuem o mesmo conceito de equidade. Liderados pela Polónia, alguns Estados do leste da Europa são a favor da substituição do formato atual, tendo como base as produções históricas.

A Alemanha e a França, o primeiro e o segundo maiores destinatários dos fundos da PAC, são claramente contra esta proposta. Os seus ministros da Agricultura apresentaram a sugestão comum de uma PAC forte, com orçamento adequado, orientada para o mercado e a competitividade do setor agrícola. O texto mantém o modelo dos dois pilares de forma a conseguir uma política mais verde, mas sem impactos financeiros negativos, seja para os produtores, como para os Estados membros. Ao mesmo tempo, apoia ainda os pagamentos diretos e as atuais medidas de mercado, como a intervenção e o armazenamento privado.

O ministro francês Bruno Le Maire espera contar com o apoio de muitos países. Desde quando teve início a crise do setor lácteo, há um ano, o eixo franco-alemão conseguiu o apoio de outros 20 Estados membros. Primeiramente, por meio da proposta de um conjunto de medidas para o setor, depois com debate inicial sobre a PAC. Ficaram fora do apoio os países a favor de uma maior liberalização de mercado, como o Reino Unido, a Dinamarca, Suécia, Holanda e Malta.

O comissário da Agricultura, Dacian Ciolos, acabou de apresentar, no último mês de novembro, as diretrizes da futura PAC, com o plano de contar, em meados de 2011, com um pacote de propostas legislativas concretas. ■



PAC: Ajudas diretas aos agricultores

País	Rendimento (euros por ha)
Alemanha	330
Bélgica	400
França	300
Itália	330
Luxemburgo	290
Dinamarca	400
Irlanda	310
Reino Unido	250
Grécia	550
Portugal	180
Espanha	200
Áustria	230
Finlândia	250
Suécia	250
República Checa	260
Chipre	350
Eslováquia	280
Eslovênia	200
Estônia	300
Hungria	150
Letônia	80
Lituânia	150
Malta	190
Polónia	190
Bulgária	190
Romênia	90